

DERROTA DA DIPLOMACIA BRASILEIRA NA QUESTÃO DO RIO PIRARA

Defeat of the Brazilian diplomacy in the question of the Pirara river

Argemiro Procópio*
Américo Alves de Lyra Junior**

RESUMO

Relembrando a perda para a Inglaterra de uma extensão de terras mais vasta que o território belga, a análise traz ao conhecimento do leitor o tamanho do prejuízo resultante da Questão do Pirara. Procedendo assim, retira do esquecimento a parte do solo brasileiro amputada na alvorada do ciclo da borracha. Crítico das negociações entre o vaidoso Itamaraty e o prepotente Foreign Office, o artigo descortina a cobiça internacional na parte setentrional do “Paraíso Verde” e numera litígios na vizinhança venezuelana, guianense e surinamesa. Reclamando por esforços propositivos da diplomacia regional na *Zona en Reclamación*, destaca que a presença de qualidade do Estado previne conflitos e reforça a governabilidade. A solução pacífica das controvérsias, a paz no Pirara e no Rupununi clamam por cooperação no bilateral e no multilateral. Depois de abordar o voto andorinha, praticado pelos caribenhos na Organização dos Estados Americanos e nas Nações Unidas, a reflexão focaliza a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. As iniciativas domésticas em destaque são o Projeto Calha Norte, o Centro de Informações do Exterior e o Programa de Aceleração do Crescimento.

Palavras-chave: Perda territorial. Fronteiras. Revoltas. Caribe Amazônico.

ABSTRACT

Recalling the loss to England of an expanse of land that is wider than the Belgian territory, the analysis brings to the reader's knowledge the size of the damage resulting from the Question of Pirara. Proceeding this way, it removes from oblivion the part of Brazilian soil that was amputated at the dawn of the rubber cycle. Critical of the negotiations between the vainglorious Itamaraty and the arrogant Foreign Office, the article reveals international greed in the northern part of the “Green Paradise” and numbers disputes in the Venezuelan, Guyanese and Surinamese neighborhoods. Complaining for the efforts of regional diplomacy in the *Zona en Reclamación*, it emphasizes that the presence of quality of the State prevents conflicts and reinforces governability. The peaceful solution of disputes and the peace in Pirara and in Rupununi call for bilateral and multilateral cooperation. After approaching the swallow vote, practiced by the Caribbean people in the Organization of American States and in the United Nations, the reflection focuses on the Amazon Cooperation Treaty Organization. The most important domestic initiatives are the *Calha Norte* Project, the Foreign Information Center and the Growth Acceleration Program.

Keywords: Territorial loss. Borders. Revolts. Amazon Caribbean.

*Professor Titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Doutor em Sociologia pela Universidade de Berlim, Alemanha (FU). Professor Visitante na Universidade de Varsóvia, Polônia | procopio@unb.br | (+55) 61-32232224

**Doutor em História e pós-doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Professor Adjunto e Vice-Reitor da Universidade Federal de Roraima | americo.lyra@ufrr.br | (+55) 95-991127422

1 Introdução

A quebra do silêncio sobre a Questão do Pirara solta a língua da história das relações internacionais do Caribe Amazônico. Derrotado pela Inglaterra no início do século XX, no presente, o Brasil ainda paga pela injusta resolução de controvérsias envolvendo Londres e o Rio de Janeiro. Disputas mal solucionadas espargem instabilidade nas fronteiras.

Volumes comprovando a presença lusófona no Caribe Amazônico guardados no Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, mais as atas da negociação com a Inglaterra, reforçam a razão do Brasil. Na documentação, constam artigos de jornais e mapas consultados por Joaquim Nabuco, advogado na Questão do Pirara iniciada em 1899 e concluída em 1904. No laudo desfavorável aos brasileiros, firmado pelo rei italiano Victor Manuel III, dos 33.200 quilômetros quadrados reclamados, como nacionais reconfirmaram-se apenas 13.570. A fatia do leão – isto é, 19.630 quilômetros de terras – ficou com a Coroa Inglesa. Três décadas depois, no Governo Vargas, as partes concluíram a demarcação. Surripiaram do mapa nacional o quinhão da *Goyana brasileira* que inseria o país no Caribe.

O eurocentrismo diplomático e a desconsideração para com a Amazônia prejudicaram as negociações relativas à Questão Pirara. As críticas de Oliveira Lima endereçadas a Joaquim Nabuco e a José Maria da Silva Paranhos Júnior, o festejado barão do Rio Branco, apontavam fragilidades das citadas personalida-

des, ícones da diplomacia brasileira (Lima, 2010). Ironia da sorte, rio Branco também é nome do caudal de águas avizinhado ao rio Pirara!

Ponderando sobre as rugas políticas no rosto do contencioso, o texto remoça discordâncias relativas às negociações que permitiram a Londres, guarnecida por seu poder naval, decepar tamanha parte do solo pátrio. Perto dali, em proveito da Guiana Inglesa retiraram área ainda maior dos venezuelanos.

O estudo foca consequências do corte da propriedade nacional na região do rio Pirara, início do século XX. Registra depois a repressão guianense contra os revoltosos da Rebelião do Rupununi, veladamente apoiados por Caracas no fim dos anos 1960.

2 Negociação fracassada

A Inglaterra, potência hegemônica ao longo do século XIX, preenchia em seu benefício lacunas no Novo Mundo. No Velho, Londres aproveitava as disputas que abalavam as monarquias europeias. Na engenharia da política externa, os ingleses lubrificavam as peças do seu expansionismo. No plano global, através das janelas de oportunidades da Revolução Industrial, a Coroa obteve ganhos com a intensificação da exploração colonial.

A Revolução Industrial, ademais de inspirar mudanças nas relações internacionais em expansão, oferecia algumas mercadorias cuja melhoria necessitava de produtos amazônicos, por exemplo, a borracha e o látex da balata (*Manicara bidentata*).

Interessava à classe dirigente inglesa aproximar o nacional do internacional. Ela consolidava a estabilidade financeira do Império abrindo mercados no exterior. Para expandir seu poder, a corte londrina arquitetou um imperialismo fortificado na acoplagem das parcerias desiguais (Procópio, 2011a).

No tabuleiro mundial, a Coroa Inglesa manipulava seu patrimônio colonial nos conformes das suas necessidades. No Brasil, os aficionados à monarquia inglesa desconsideravam os riscos do litígio. Para eles, parecia normal a parcialidade do explorador Robert Hermann Schomburgk, membro de uma sociedade que se proclamava científica, com interesses na Amazônia. A ética da metrópole era a do citado súdito.

No artigo *Goyana brasileira*, do Diário Popular, de 15 de junho de 1904, lia-se:

o velho litígio que acaba de ser resolvido pelo rei Victor Manuel foi iniciado em 1823 pelo explorador Schomburgk, que, em um trabalho importante sobre a Goyana Inglesa, deu os limites desta muito além do oeste de Pacaraíma, confinando na margem esquerda do rio Cotingo e na esquerda do Tacutu. (*Goyana brasileira*, 1904).

Apesar da extensão das terras disputadas, no Rio de Janeiro o olhar diplomático distanciava da opinião pública a temática da defesa amazônica. O corporativismo da diplomacia preservou a imagem de Joaquim

Nabuco, o negociador derrotado na contenda com o *Foreign Affairs*. Relatos do litígio no Arquivo Histórico do Itamaraty, na pasta reservada ao advogado brasileiro, dão conta de que, na opinião de Oliveira Lima, o embaixador Nabuco “era um *charmeur* excessivamente vaidoso” (Lyra Junior, 2014, p. 48).

Os jornais publicavam informações incompletas. No caso do Diário Popular, os registros omitiam descuidos e isso prejudicou a compreensão da disputa. Escrever que “as novas fronteiras da Guiana Inglesa davam à *Goyana brasileira*, outro traçado geopolítico” era obviada (Goyana brasileira, 1904).

Segundo o desiderato londrino, a *Schomburgk Line* foi idealizada para adentrar terras brasileiras e venezuelanas. Vale lembrar que o malogro do Itamaraty ocorreu em período de notável visibilidade dos recursos amazônicos na economia internacional! O esplendor do ciclo da borracha atiçava a cobiça inglesa. Graças à *Hevea brasiliensis*, nasceu um importante ciclo econômico. Mesmo assim, a enorme utilidade do látex das seringueiras não bastou para mitigar o descaso do Rio de Janeiro com a Amazônia.

A prática do paroquialismo político roubou os cuidados que merecia a Questão do Pirara e a imprensa acrítica reforçava tal costume. A indiferença se lia, entre outros, na *Folha Nova*, edição de 21 de junho de 1904. Em texto intitulado *A conferência do Senhor Derby*, registrou-se que “Schomburgk levantou e embrulhou toda a questão de limites entre o Brasil e a Inglaterra” (*A Conferência...*, 1904).

A falta de firmeza dificultava perceber as intenções londrinas em desfavor da população ripária. Sem somar esforços com Caracas, o Ministério dos Negócios Estrangeiros no Rio de Janeiro mal acompanhava a peleja anglo-venezuelana.

No plano interno, o Itamaraty tomava medidas para minimizar os impactos da derrota. Para isso, contou com o jornalismo orgânico e com o *esprit de corps* da carreira. A cobertura parcial da naufragada causa blindava o advogado brasileiro. Faltou apenas transformar em triunfo, o fracasso da negociação dos embaixadores.

O desconhecimento da geografia dos recursos naturais minimizou a indignação decorrente do prejuízo nacional no estratégico portal caribenho. A ignorância cartográfica autorizava proclamar que os rios na região contestada não eram navegáveis porque estavam cheios de cachoeiras e corredeiras. Dizia-se que o próprio território em litígio, se fazia boa figura nos mapas, não possuía grande valor intrínseco (Menck, 2009).

Os rios tributários da região em litígio são o Irengue e o Tacutu. Do outro lado do Atlântico, certos artífices do imperialismo apostavam que, desvalorizando as terras, o orgulho ferido dos patriotas brasileiros cicatrizaria mais rápido. Pensando assim, a diplomacia de Londres vazava comentários encomendados e os atribuía ao lorde Salisbury, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Segundo Menck, o lorde qualificava a Guiana Inglesa como colônia de “pouca importância eco-

nômica. Uma região em que não pasta uma única vaca”, teria dito, com desdém, o ministro inglês (Menck, 2009, p. 26).

Amargo para o nacionalismo brasileiro, doce para o imperialismo britânico, o processo da derrota finalizou-se no ano de 1904. A partir de então, com luvas de duvidosa qualidade, o Itamaraty guardou no esquecimento da poeira dos arquivos as pesadas perdas do citado processo arbitral.

3 Indígenas, negros, asiáticos e o expansionismo inglês

A exploração da mão de obra barata na *plantation* povoou a Amazônia Caribenha com “gregos e troianos”. O fluxo de asiáticos transformou a Guiana e o Suriname em expressiva concentração de islâmicos e hindus.

Depois da indígena, a população negra é a sofrida do lugar. Revoltada com a intolerância racial e cultural, a progênie africana empunhava até facões na defesa de suas parcas conquistas. Entre outros motivos, o ódio e a discriminação advêm da falta de políticas de integração da comunidade negra guianense e surinamesa com muçulmanos e adeptos do hinduísmo.

Observar o espaço dos filhos da África decrescer na economia e, ao mesmo tempo, constatar a escalada muçulmana provoca inquietações nos vizinhos cristãos e nas colônias negras das ilhas caribenhas. Ali a negritude alimenta o “voto cardume” ou “voto andorinha”, que tanto os destaca, seja na Organização dos

Estados Americanos, seja na Organização das Nações Unidas.

Discordâncias dentro da Caricom, por exemplo, a oposição de Georgetown à invasão de Granada, perpetrada pelos Estados Unidos da América em 1983, sinalizou que a unanimidade nem sempre é viável. Desde 1973, a capital Georgetown sedia a Caricom com 14 membros: Antigua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago. Em geral, o citado voto cardume ou andorinha empresta à Caricom notável peso em organismos internacionais.

Voltando ao caso com o Brasil, a visão eurocêntrica das elites justificava a desatenção à Amazônia profunda. No início do século passado, periódicos cariocas como *Última Hora*, *O Paiz* e *Folha Nova* evitavam destacar o prejuízo da perda. No jornal *Última Hora*, o artigo nada esclarecedor *Brasil e Inglaterra: a sentença arbitral* narrava:

a fronteira do Brasil parte meridional S. B. ficou determinada pela declaração anexa ao tratado de limites de 5 de novembro de 1901: é a linha do divortium aquarum que forma nesta região o regime septentrional da bacia do Amazonas desde a nascente do Coretyne (fronteiras das Goyanas Holandesa e Inglesa) e o ponto de encontro com o limite norte e sul que o arbitro foi chamado a estabelecer. (Brasil e Inglaterra..., 1904).

O Paiz, na edição do dia 1.º de julho de 1904, incriminava Caracas. Na reportagem, *O laudo da Guyana: resposta do Dr. Orville Derby, a Venezuela entrou na contenta*, pontuava-se que:

do mesmo cartographo, mas revisto e corrigido em 1839, pelo seu successor Ch. Piequet, recua a mesma fronteira para a margem meridional da mesma bacia, mas em lugar de atribuir o território do alto Essequibo, assim destacado do Brasil, à Guayana Inglesa, representa-o como pertencente a Venezuela. Ha ahi prova evidente de factos, ou uma corrente de opinião, apparecidos entre os anos de 1834 e 1839, que levaram um geographo imparcial a modificar o seu mappa, e não é arriscada a hypothese de que esta modificação não era de inspiração inglesa, nem suggerida por Schromburgk. (O laudo, 1904).

Suspeitar da Casa Amarilla e querer consolar, divulgando que a perda territorial venezuelana suplantava a brasileira exasperava menos do que a inexistência da cooperação entre Caracas e Rio de Janeiro em desfavor do expansionismo inglês. Quanto aos relatos à Corte londrina, os de Sir Robert Hermann tricotava o que servia ao imperialismo coroado.

Voltar aos anos 1840 permite recapitular lições do capitão Leal,

comandante do Forte São Joaquim do Rio Branco hoje em ruínas (Costa, 2015). Bem ao lado da capital Boa Vista, a fortaleza construída a mando dos portugueses serviu para expulsar a tropa inglesa comandada pelo pastor Youd. Reza a história que a citada medida arrefeceu o entusiasmo imperialista, mas não solucionou as disputas sobre terras. Em geral, os árbitros acoplados às causas da realeza europeia se faziam de surdos às reclamações da periferia.

Verdadeiras ou não, Schomburgk municiou-se com informações da vida regional e até estudou o Decreto da Companhia Holandesa das Antilhas de 1784. Ao rotular brasileiros como caçadores dos Makuxis e Wapichanas, o defensor dos ingleses antecipava críticas que voltariam à tona cerca de um século depois. O que deixou de ser dito é que a vitória daquela causa cortou ao meio e fatiou o território das tribos. Nessa perspectiva, o triunfo britânico consagrado no laudo de Victor Emanuel III desfavorável ao Brasil afetou negativamente a vida dos povos originários. Além da divisão das terras, acabar com o território contínuo separou expressivo número de indígenas. Colocou parte da população predecessora sob a soberania do Rio de Janeiro e outra, de Londres.

Apostando que os povos originários consumiriam mercadorias da Revolução Industrial, apetecia converter e civilizar o indígena. Para tal, apoiavam o trabalho assalariado e abominavam o cativo de nativos. As novas exigências do capitalismo transformaram a abolição da escravidão em prioridade dos súdei-

tos da dinastia da Casa de Windsor. Mesmo assim, raramente a Coroa hasteou, em prol do africano, a bandeira humanista desfraldada contra a exploração do indígena. Londres ordenava à esquadra real atirar nas caravelas holandesas, portuguesas, espanholas e francesas para afogar a carga humana de negros – homens e mulheres – destinada aos mercados de escravos.

Deslembrado dos negros e sendo barato cooptar nativos como aliados e soldados, Schomburgk era simpático à causa da preservação dos povos antecessores. A prosopopeia do súdito anglofono surtiu efeito. Sensibilizou parlamentares, a começar pelo presidente da Sociedade Protetora dos Aborígenes, Thomas Fowell Buxton (Menck, 2009). Ao que se saiba, a monarquia nada ordenou em favor dos “negros silvícolas,” isto é, dos escravos que fugiam das senzalas para viver nas campinaranas e lavrados amazônicos.

4 Fronteiras móveis e a cooperação amazônica

Mais de um século depois da Questão do Pirara, considerações que relembram o debate sobre as terras indígenas renasceram em torno da demarcação da Raposa Serra do Sol, reserva cuja homologação o Supremo Tribunal Federal confirmou em 2009. Com 1.743.089 hectares e 1.000 quilômetros de perímetro, tal espaço supera os 33.200 quilômetros envolvidos na esquecida Questão do Pirara.

Ladeando os municípios roraimenses de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, as águas do rio Pirara

banham o arco geopolítico, ontem e hoje transformado em palco de revoltas e conflitos de indígenas com garimpeiros, madeireiros e fazendeiros (Procópio, 2011b). Cada qual com sua política indigenista, os países amazônicos mal cooperam entre si. O desconhecimento das responsabilidades mútuas alimenta crises que corroem a legitimidade da democracia regional.

Ainda que distintas, as pressões pela demarcação dos territórios indígenas na Raposa Serra do Sol outorgam direitos à história para rememorar a ingerência inglesa pela guarda das terras dos Makuxi e Wapichana no fim do século XIX. Interesses pela mineração e fontes de energia sempre colidem com a proteção indígena. Tal qual no passado, as riquezas das guianas, então chamadas de espanhola, francesa, holandesa, inglesa e portuguesa, permanecem vítimas da pirataria do desbravamento e do desmatamento. Disputas tidas como extintas agora podem renascer fortalecidas.

Para o imperialismo, a parte caribenha continental habitada pelos índios que emprestaram esse nome ao Caribe tinha tanto valor de uso como valor de troca. Por tudo isso, os ingleses negociaram com os holandeses para barganhar o Suriname pelo Condado de Nova Iorque e a ilha de Manhattan, então chamada de Nova Amsterdam. Sacramentada em julho de 1667 pelo Tratado de Breda, tal permuta cravou novos marcos nas fronteiras móveis da propriedade colonial. Secular, a presença dos Países Baixos na Amazônia permitiu ao idioma holandês

constar entre as quatro línguas oficiais da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Instituída para solidificar a parceria regional, a OTCA deveria virar a página das disputas e revoltas entre seus oito sócios. Diante dela, há listas de contenciosos aguardando duradoura e definitiva solução. Por exemplo, conflitos na Bolívia legados pela Guerra do Pacífico (1883); no Brasil do Pirara (1904); na Colômbia das disputas com a Nicarágua pelas ilhas de San Andrés, Providência e Santa Catalina (2012); no Equador e Peru da Guerra do rio Cenepa, Cordilheira do Condor (1995); no Suriname das áreas marítimas perdidas para a Guiana no Tribunal do Mar de Hamburgo (2007) e na Guiana Rupununi (1969) dentro da *Zona en Reclamación* surripiada da Venezuela.

Substituta do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), desde 1995, a OTCA é o único organismo internacional sediado em Brasília. Dos países-membros, só o Equador não compartilha fronteiras com o Brasil. O propósito de aperfeiçoar a cooperação comercial, cultural, econômica e técnica entre os amazônicos criou em julho de 1978 o Tratado de Cooperação Amazônica. Menos de uma década depois, por meio do Protocolo de Emenda firmado em Caracas nasceu a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

A inércia impede a população buscar o que necessita. A lentidão nos cuidados ambientais e adiamentos da ampliação da infraestrutura de navegação fluvial e ferroviária, assomada a um constrangedor si-

lêncio da Organização a respeito das irresponsabilidades ambientais a descredita. O enorme desinteresse pelo combate compartilhado ao narcotráfico leva a burocracia da OTCA a se calar diante do fato de que a economia regional tem na cocaína o único produto amazônico com elevado valor agregado. Graças às drogas e à vigilância de baixa qualidade, o bandidismo transnacional abriu o leque da corrupção e dos crimes conexos.

5 Sul Fraco dominado pelo Sul Forte

Raras vezes combatido com rigor, o contrabando na Amazônia setentrional transporta diamantes, ouro, couro e madeiras nobres para o exterior. Além de patrocinar a entrada ilegal de agrotóxicos prejudiciais à saúde humana e animal na produção sojeira, a sino-contravenção expande-se desde os anos 1990. Com ela, entra diversificadíssima gama de produtos que joga pá de cal nas tentativas de um desenvolvimento harmônico.

Negligenciando o narcotráfico e o terrorismo ambiental, o Centro de Informações do Exterior (CIEX) foi a arma do Itamaraty no combate ao comunismo de 1966 a 1985. A chamada Assessoria de Documentação de Política Exterior, em algumas embaixadas usou o *know-how* da repressão anticomunista aprendido durante a sanguinária Operação Condor (Penna Filho, 2009).

Desfocado da China em processo de mudança, o serviço exterior brasileiro concentrou atenção a capitais como Santiago do Chile, Buenos

Aires, Montevideo e Paramaribo. Promovia e protegia os diplomatas que se esmeravam na caça aos comunistas em cooperação com serviços de informações estadunidenses. O Itamaraty interpretava os movimentos contra a reprodução das desigualdades como subversão cubana.

A Central Intelligence Agency (CIA) criava mensagens retransmitidas por embaixadores. Alardeava que o comunismo se infiltraria no território nacional por meio das portas surinamesas. Pressionada por vários lados, Paramaribo ofereceu efetiva colaboração ao CIEX (Figueiredo, 2008).

Por longo tempo, autoridades governamentais brasileiras e surinamesas ensaiaram montar infraestrutura para produção do alumínio, agora em mãos do capitalismo amarelo (Procópio, 2014). Envolvido na devastação de florestas, o sino-comércio cresce ávido por *commodities*. Desfrutando as riquezas amazônicas, Pequim zela para que seus objetivos definidos concretizem-se. Portentoso consumidor de energia e matéria-prima, o parque industrial do Império do Meio aproveita o que a Hiléia oferece para saciar sua fome com produtos sem valor agregado.

Na periferia, a sofrível baixa qualidade da presença estatal enterra esperanças por soluções. A falta de iniciativas para a cooperação potencializa crises regionais. No processo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Bogotá conseguiu maior apoio do Vaticano e Cuba do que dos países-membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. A

solidão acompanhada de Caracas e o agravamento da sua crise é outro exemplo da falta de solidariedade entre os vizinhos distantes da bolivarianista Venezuela.

Cabeças do tempo da Guerra Fria permanecem na diplomacia de perucas novas. A ordem internacional equilibrada nas disputas do Oeste com o Leste convivia com a tensão da hecatombe nuclear, hoje renascida nas ameaças de Pyongyang. As injustiças no sistema de trocas entre o Sul Forte e o Sul Fraco (Procópio, 2011a) andam emparelhadas com as desigualdades do Norte x Sul. No caso do intercâmbio dos oito amazônicos com a República Popular da China, isto é, do Sul Fraco com o Sul Forte, o caráter daquele comércio guarda componentes estratégicos enriquecidos em uma desarrazoada acoplagem forjada por exportações irresponsáveis.

Com insuficiente número de engenheiros, médicos, matemáticos, físicos, químicos e com batalhões de advogados e artistas, o Brasil é caso raríssimo de país que se industrializou e depois reprimarizou a economia (Procópio, 2014). A falta de apoio à ciência e tecnologia apressou a anemia do processo produtivo e o inchamento do serviço público. Desqualificada, a representação política municipal, estadual, federal e a expansão da corrupção alavancam a abertura de shopping centers, de sindicatos, de tribunais e o fechamento de fábricas.

Vitaminada na 2.^a Guerra Mundial, a industrialização brasileira testemunhou a transferência de expressivas atividades econômicas

da Europa Ocidental para os Estados Unidos da América. A citada movimentação expôs as fraquezas britânicas, francesas e alemãs. Tais debilidades impediam ao Velho Mundo honrar novos compromissos na sociedade das nações. Pressões e iniciativas do ambientalismo na Rio-92 tampouco garantiram às antigas potências espaços necessários para renascer na Hileia.

Durante os anos de 1930, Berlim usou do poderio tecnológico militar para acabar com seu *status* de potência intermediária, *mittelmacht*, e ser reconhecida como potência mundial. A importância das minas de bauxita para a indústria aeronáutica deu aos alemães a chance de promover expedições científicas na Amazônia. Simbolizou passos largos da marcha germânica na Guiana Francesa, facilitada por Paris no governo de Vichy. Invadidos e desmobilizados, os Países Baixos tampouco impediram a entrada teutônica na Guiana Holandesa.

No mundo bipolar, o orgulho de potência mundial manifesto por Washington lhe proibia digerir derrotas na porta da própria casa. Por causa disso, a indigestão política decorrente da tomada de Havana pelos combatentes de *Sierra Maestra* em janeiro de 1959 forçou a Casa Branca a recorrer ao uso do porrete, o *Big Stick*.

A ideologia estadunidense da contenção cuidou para bloquear Cuba. Temendo o contágio, Washington patrocinou o isolamento de Havana e de capitais simpáticas à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Apesar das ameaças, no

compasso binário, movimentos sociais no mundo caribenho movimentavam-se direcionados ora ao socialismo, ora ao capitalismo.

No que toca à emancipação política guianense e surinamesa, algumas características destacam a natureza das emancipações e outras o tempo histórico. Os movimentos de independência, ora impulsionados pela descolonização mundial, ora pelo patriotismo local, nem sempre se desacoplavam dos antigos senhores.

A nostalgia parisiense pela *ancien ordre mondial* obriga a Guiana Francesa a ser a última colônia em terras continentais. Nas cédulas do euro, o vizinho espólio colonial é estampado como parte da França (Procópio, 2010). Na Amazônia francófona, a capital Caiena jaz apartada do espírito mais que sexagenário da Conferência de Bandung realizada em abril de 1955 em solo indonésio.

6 Ressonância do compasso binário no Caribe Amazônico

Finda a 2.^a Guerra Mundial, nos primórdios da dualidade política, a nova orquestração do internacional animou a emancipação. Em 1946, Georgetown já publicava o boletim do *Political Affairs Committee* propagando anseios de independência. Seus artigos difundiam o marxismo visando unir o povo contra o colonialismo britânico. O compasso binário da descolonização, ora amparado pelo bloco comunista, ora pelo próprio capitalismo, ressoou sem alcançar a Guiana Francesa.

No pôr do sol da bipolaridade seguido do nascimento de um sis-

tema unipolar de vida curta, coube à falta de *expertise* na lida com o ambiental em escala planetária inserir os oito governos amazônicos no epicentro das críticas mundiais. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Rio-92, serviu para o ambientalismo internacional testar seu poder de pressão contra a devastação (Procópio, 2005).

Porção viva da Amazônia que sangra, a República Cooperativa da Guiana proclamou a independência em 1966 e o Suriname em 1975. Cada qual ao seu tempo e modo, ambos estabeleceram laços diplomáticos com a comunidade internacional, amarrados e desfeitos nos conformes do oportunismo político.

A administração britânica cuidou em vão para que suas colônias não caíssem na tentação de aproximação com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, com a República Popular da China e com a República de Cuba. Proclamada a independência, o povo guianense elegeu um governo simpático ao maóismo. Duraram pouco os feitos trazidos por essa ousadia eleitoral que impressionou a quase meia centena de países do Commonwealth. Poucas décadas depois, com reformas e aberturas, Pequim fecha o século XX e abre o XXI congelando sociólogos e aquecendo engenheiros.

O capitalismo amarelo põe seu possante comércio acima de quaisquer crenças. Ao conquistar, a partir de 2010, o primeiro lugar nas relações de troca com cada um dos países da Amazônia, a República Popular da China destronou a hegemo-

nia estadunidense. Quanto ao Itamaraty, ele nem via os elos da corrente das iniciativas sino-econômicas, e Pequim era posto nada atrativo para o seu corpo diplomático.

Voltando aos anos 1960, entre os telegramas enviados por Aguiinaldo Boulitreau Fragoso, o de 15 de janeiro de 1968, intitulado *Estabelecimento de missão diplomática da Guiana em Caracas*, informava: “segundo notícias de Georgetown publicadas nessa capital, durante o debate parlamentar sobre a adjudicação de fundos para o Ministério do Exterior, o dirigente marxista Cheddi Jagan, propôs a abertura de embaixadas guianenses em Caracas e em Paramaribo.” Naquele período a diplomacia guianense era bem assessorada pela cubana.

Georgetown expulsou um grupo de Paramaribo coletando dados sobre 9.600 km² de terras em litígio. Pleitos por áreas marítimas – alguns solucionados em 2007 por meio do Tribunal Internacional do Direito do Mar em Hamburgo – respingam incertezas por toda a vizinhança.

Evitando relembrar a titânica perda brasileira, a diplomacia guianense dá como solucionada, *ad aeternum*, a Questão do Pirara. Aposta que no futuro estabelecerão parcerias preferenciais com o vizinho distante. Nos negócios estrangeiros Georgetown necessita de relacionamentos capazes de auxiliá-la no prioritário projeto de segurança nacional.

Antes do chavismo, distanciada de Caracas e próxima de Havana, a classe política em Georgetown duvidava que a aproximação com “o gigante adormecido” trouxesse

vantagens. A desconfiança era geral. Diagnosticavam como passageira a crise entre a Casa Amarilla e o Itamaraty, nascida da recusa do democrático governo venezuelano de exportar petróleo à ditadura brasileira nos anos 1960. A busca do ouro negro no Oriente Médio surpreendeu o Palácio de Miraflores que perdeu a esperança de contar com o Palácio do Planalto nas suas demandas relacionadas com a *Zona en Reclamación*.

Havana aconselhava Georgetown a dosar seu maoísmo para acalmar Moscou em aberto confronto com Pequim. Ao que se sabia, Cheddi Jagan foi o primeiro e o único mandatário de sangue chinês nas Américas. O risco de conflitos na *Zona en Reclamación* e as reviravoltas geopolíticas obrigam Georgetown a investir em projetos pela unidade nacional. Tudo isso não impediu as exportações do famoso açúcar demerara, da madeira de lei e do arroz perder em valor para o contrabando do ouro e dos diamantes. A exploração ilegal de metais preciosos vitaliza a contravenção. A convivência com o crime organizado internacional e a ausência de agenda anticorrupção nas empresas multinacionais facilita a entrada clandestina de químicos controlados e do poluente mercúrio na selva amazônica.

Depositário de dados e de informações, várias delas aqui no artigo, o livro *A política externa da terra dos seis povos: a República Cooperativa da Guiana*, de Erick Linhares, é obra de referência. De acordo com autor, empresas norte-americanas monopolizavam a economia da mineração. Cita a Demerara Bauxite

Company (Demba) e a Reynolds Bauxite Company. A primeira era subsidiária da Aluminum Company of Canada (Alcan) e a última, filial da estadunidense Reynolds Metals Company. Ambas respondiam “pelo ingresso de 45% das divisas” (Linhares, 2013, p. 52).

Nos anos 1960, a Aliança para o Progresso nem desenvolveu nem conteve o desemprego na comunidade amazônica. Depois da independência da Guiana, debitarão a fuga de cérebros e a emigração que superava o crescimento demográfico na conta da boa formação escolar legada pelos ingleses. O ensino nas escolas superava em qualidade o dos brasileiros, surinameses e venezuelanos. Tal fato destacou Georgetown no cenário regional menos que suas disputas com a vizinhança. As contendas por limites geográficos entre a Guiana e o Suriname, acrescidas das desavenças históricas com o único país caribenho membro do Mercosul, enleiam seus governos em intermináveis refregas. A opinião pública estrangeira subestima o potencial explosivo da *Zona en Reclamación* por entender mal a causa das crises.

Sucinto, o telegrama da Embaixada do Brasil em Georgetown, de 6 de janeiro de 1969, economizou na descrição da mensagem de Brasília aos revoltosos (Garcia, 1969). Segundo a comunicação, o Ministério das Relações Exteriores acompanhava:

desde os primeiros momentos e com maior interesse, os recentes acontecimentos na região do Rupununi, nas áreas limítrofes da Guiana com o território de Rorai-

ma, e tomou prontamente providências para intensificar a fiscalização da fronteira e impedir qualquer violação do território nacional (Garcia, 1969).

7 Fronteiras móveis e conflitos

Os vizinhos desconhecem o que o Itamaraty traja em seus raros passeios pelas fronteiras setentrionais: se é o sujo, ou o mal lavado. No início da luta dos revoltosos do Rupununi, pareceu melhor à diplomacia militar brasileira guardar discrição. Ainda assim, mesmo abonada pelos Estados Unidos da América, vez ou outra a democrática Venezuela via-se alfinetada pelo dito pragmatismo ecumênico e responsável de Brasília. Nessa linha de conduta saíam as mensagens, que almejavam, no geral, a segurança interna como condição para a integridade territorial.

Após a derrota venezuelana no Tribunal Arbitral de Paris, foi a vez de o Brasil perder, e isso em 1904. Menos de sete décadas depois do prejuízo imposto à nação brasileira, a opressão atingiu parte da população rural guianense simpática à Venezuela. Tal fato ocorreu durante a Rebelião do Rupununi, nome do rio nascido nos montes Kanuku e afluente do Essequibo; ou seja, a matança de agricultores estabelecidos na *Zona en Reclamación*, fim dos anos 1960, de forma ou outra avisa: o espírito da violência ainda assombra aquela geografia.

A teimosia em depender do “excremento do diabo” emporca-

lhou a Venezuela, obrigada a deixar em banho-maria o caldo das rivalidades em volta da Guiana Essequiba. O sonho de recuperar a *Zona en Reclamación* não foi concretizado no esplendor das décadas de democracia com petróleo nem nos anos das audácias do chavismo.

Patinhando no isolamento, a diplomacia de Nicolás Maduro, em julho de 2015, entregou na hora errada a “*solicitud de un buen oficiante para la controversia del Esequibo*” O pedido de Caracas à Organização das Nações Unidas teve quase nenhuma ressonância. A relativamente recente aproximação entre Georgetown e Washington ensinou que ela é útil para dificultar o pleito venezuelano relacionado com a *Zona en Reclamación*.

O Palácio de Miraflores omite que não basta sugerir ao vizinho permanecer no quadro regulamentar do Acordo de Genebra. Por agradável que seja ao nacionalismo bolivariano dar como nula a adjudicação de 1829 ou criar comissão presidencial para Assuntos Limítrofes, em nada soluciona a controvérsia essequiba. Tal disputa não impediu sequer a Exxon Mobil, autorizada por Georgetown e protegida por Washington, de explorar petróleo na região em litígio.

Todavia, ao contrário da Venezuela, que bem ou mal sempre lembra da *Zona en Reclamación*, há décadas a esquecida burocracia do Itamaraty conformou-se com a perda das terras banhadas pelo rio Pirara. Antes do arrombamento do tesouro geográfico que o Pirara agrupava, a geopolítica brasileira no Caribe guardava consigo uma respeitável

projeção. Independentemente da apagada memória do Itamaraty, a flama da Questão ainda arde.

Na geografia do emblemático litígio, correm os rios Corentine e o Essequibo, berçários de populações ripárias. Nas águas setentrionais, as correntes do Maú, do Tacutu e do Uraricoera formam o rio Branco, fonte da vitalidade das florestas, lavrados e campinaranas. Por aquelas bandas, a desventurada negociação do Rio de Janeiro com Londres está na memória de Paramaribo, temerosa de perder para a Guiana a reivindicação de terras entre os rios Novo e o Corentine.

Poucos marcos geográficos resistem aos interesses econômicos que metamorfoseiam fronteiras fixas em fronteiras móveis. A Rebelião do Rupununi explodiu em 1969 quando a Questão do Pirara – dita como encerrada em 1904 – completava sessenta e cinco anos. A excessiva ambição por terras e recursos naturais assopra o fogo das rivalidades.

Multiculturais, porém desprovidas de política regional para o diálogo, as sociedades no entorno do rio Rupununi necessitam abonar esperanças. O trabalho conjunto, certamente, compartilhará responsabilidades entre “negros silvícolas”, indígenas, brancos, muçulmanos e indianos.

8 Expansão islâmica e instabilidade política

A Igreja Anglicana e a Católica Apostólica Romana se esforçam para comungar a paz e a convivência fraterna com islâmicos e hindus na

Amazônia Setentrional. Washington analisa as consequências do crescimento numérico dos maometanos em países aliados do hemisfério. A política de Donald J. Trump de contenção do expansionismo muçulmano nos Estados Unidos da América deixa na expectativa, religiosos de várias confissões. A maior parte demonstra a convicção de que providências de Washington contra o Estado Islâmico repercutirão nas demais Américas.

Originários de Java, Indonésia, o país da maior população islâmica mundial, os maometanos do Suriname, constituem 20% do total dos habitantes. Ainda que esse percentual caia pela metade na Guiana, por lá, os sunitas dividem o poder nacional com os hindus. É cada vez menor a fatia do poder ao alcance do negro.

Mesmo que mantenha distância dos conflitos étnicos e raciais, numerosos agricultores perderam a vida na Revolta Rupununi. Vale repetir, pagaram caro a aproximação com o Estado venezuelano. Abarcando três quartos da atual Guiana, no passado, a *Zona en Reclamación* era parte da *Gran Colombia*. Criada em 1819 no Congresso de Angostura, ela se dissolveu alguns anos após sua fundação sem desfrutar a plenitude da união entre a Venezuela, Nova Granada, Panamá, Equador e a Guiana Essequiba.

Bolivarianistas ou não, progressistas ou conservadores, chavistas e antichavistas, dificilmente se acha na Venezuela quem queira retirar do mapa nacional a *Zona en Reclamación*. Investigando conflitos nos vizinhos e dentro de casa, o Cen-

tro de Informações do Exterior observava os movimentos de esquerda na antiga Guiana Espanhola, Inglesa e Holandesa. Falta pesquisar, na visão de então do CIEEX, sobre velhas e novas ameaças nas fronteiras roraimenses. Melhor que a documentação oficial, a história oral memoriza e sabe dos perigos que rondam os espaços sociais transfronteiriços.

Em Roraima, quem procura acha relatos sobre a Revolta do Rupununi. Na capital Boa Vista, por exemplo, corriam notícias sobre a facilidade com que os revoltosos se movimentavam perto de Lethem, capital do distrito do Rupununi e na fronteira Bonfim, Brasil. Ouvia-se que a inteligência militar em Caracas selecionava municípios roraimenses para o encontro dos revoltosos. Nas cercanias de Bonfim, explodiu a lembrada Revolta e Carlos Alberto Borges da Silva (2007, p. 30) rastreou algumas pegadas. No telegrama de 6 de janeiro de 1969, ele registrava que: “diante dos acontecimentos nas áreas limítrofes da Guiana com o território de Roraima, o Palácio do Planalto tomaria providências para intensificar a fiscalização da fronteira e impedir violações do território nacional.”

A Força de Defesa da Guiana tingiu de sangue propriedades rurais em espaços fronteiriços. Culpada por desrespeitar os direitos humanos na repressão aos revoltosos do Rupununi, a fedentina da carnificina na *Zona en Reclamación* espalhou-se pela tríplice fronteira Brasil, Guiana e Venezuela. O emprego da força bruta para conter os revoltosos anuviou o clima regional.

Vale repetir, antes do chavismo no poder, Caracas atrelava-se a Washington. O Palácio de Miraflores sofria ao constatar que a velha amizade com a Casa Branca nada ajudava na solução das disputas. No caso Rupununi, declarava que a iniciativa dos treinos dos revoltosos partia dos civis guianenses, e não dos militares venezuelanos. Mais tarde, observando a propagação da peleja, o governo da terra de Bolívar pontuou que protegeria seus cidadãos habitando a *Zona en Reclamación*.

Em 1978, uma década após o conflito, outra desgraça ocorreu, e Georgetown acusou Washington de incompetente na contenção da exportação do fanatismo religioso. O infortúnio incitado por uma seita religiosa estadunidense nos arredores de Jonestown enlameou a liberdade religiosa. Cerca de 900 membros da seita Templo dos Povos morreram assassinados ou induzidos ao suicídio coletivo. Sob as ordens de Jim Jones, o reverendo da morte, os corpos jaziam em covas rasas. O fundador daquela seita recebeu, anos antes, o Prêmio Martin Luther King.

9 Distensão informal e fronteiras de pendências

A tensão política no Caribe Amazônico arrefeceu-se em 1970 no governo do venezuelano Rafael Caldera, que evitava militarizar as disputas. Nesse período, o primeiro ministro guianense enfrentava problemas internos. A distensão informal contribuiu para que Georgetown e Caracas desaquecessem suas rivalidades, e o Protocolo Porto Es-

panha de 1970 colaborou no abrandamento da beligerância.

Acompanhando os cuidados da diplomacia guianense relativas à longa determinação da Venezuela de recuperar o apoderado pelo imperialismo inglês, o governo militar em Brasília protegeu o que restou do solo pátrio, noutro tempo cognominado de Guiana Portuguesa. Dentre as atitudes de Brasília, três anos após a inesperada Revolta do Rupununi, consta o deslocamento de ropas de Belém e Manaus para a fronteira de pendências e, em 1972, o traslado do 6.º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC) para Boa Vista. Após dúzia de anos, novas iniciativas arquitetaram uma proteção mais efetiva das divisas brasileiras. Em 1985, coube à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional inaugurar o Projeto Calha Norte, a Fronteira do Futuro. (Procópio, 1992, p. 212).

“Integrar para não entregar”, garantir a ordem e o progresso na Amazônia era o desafio dos ideólogos do Calha Norte, confessos entusiastas do Projeto Rondon. Apoiado pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, o Projeto compartilharia ações e obrigações com a sociedade civil. O exercício aplicado da cidadania em áreas carentes tinha implementação programada nas bacias do Solimões e do rio Negro. Abarcaria fronteiras com a Colômbia e a Venezuela, entre outros.

Movimentos opostos à orientação desenvolvimentista do regime castrense jamais imaginariam que engenharias do regime militar, contestadas dentro e fora do

país, renasceriam pioradas por meio das portas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Engenhado pela burocracia petista, por longos anos com as rédeas do poder em suas mãos, a infraestrutura oferecida pelo PAC viabilizaria o aumento da mineração e exportação de *commodities*. Com verbas para abrir estradas e construir hidrelétricas, o PAC conseguiu a façanha de repetir erros sem os acertos do Calha Norte.

O rodoviarismo, as obras necessárias para a intensificação das exportações de matéria-prima e a expansão agropecuária, hoje a locomotiva das exportações nacionais, constavam nas prioridades do PAC. Nascido por meio do Decreto n.º 6,025, de 22 de janeiro de 2007, mumificado pela corrupção, o PAC foi a “menina dos olhos” do Partido dos Trabalhadores.

Corrupção, corporativismo político, pífios resultados do combate ao desmatamento e a onipresença do crime organizado roubam as chances de sucesso da cooperação regional no Caribe Amazônico. A melhoria da qualidade da ação estatal na luta contra o narcotráfico e contra a biopirataria tem como fechar os caminhos setentrionais para a saída ilegal de riquezas que não dão duas safras. A explosão das diversas formas de violência no entorno de atividades clandestinas alcançou presídios, reservas indígenas e feriu a urbanidade.

10 Conclusão

Abrindo o leque geopolítico amazônico setentrional, o artigo

ventilou ambientes de contenciosos quase sempre fechados e raramente incluídos no estudo das relações internacionais. Iniciando por um *turning point* nos vizinhos distantes, os autores ressaltaram disputas na *Zona en Reclamación*. Na esteira desse conflito, destacaram a derrota do Brasil na Questão do Pirara sem omitir a matança na Revolta do Rupununi.

Brasil, Guiana, Suriname e Venezuela compõem a quadriga que puxa mal suas responsabilidades na cooperação regional. Apenas com harmonia, serão capazes de redobrar cuidados na geografia ainda exposta aos perigos das velhas e novas ameaças.

Acompanhando a China como notável ator no comércio internacional, registrou-se que o antigo Império do Centro preenche o vazio deixado por Washington e grandes capitais europeias.

Mais pelos problemas do que pelos méritos, os países em tela transformaram-se em atores emblemáticos no teatro das relações internacionais do Caribe Amazônico. A fragilidade das instituições e uma geopolítica que as colocou no epicentro de revoltas e de conflitos levou a Guiana Inglesa e Holandesa a proclamar a independência antes da resolução de contenciosos fronteiriços. Resolver problemas internos por meio do socialismo convenceu a governança da Terra dos Seis Povos ou Terra das Muitas Águas a se achegar a Pequim, Havana e Moscou. A repressão estadunidense contra a dita expansão comunista motivou Brasília a levar o CIEX com diplomatas e funcionários para a embaixada em Paramaribo e outras.

Plaidoyer pela inclusão da geopolítica amazônica no portfólio do Itamaraty, o estudo desenturvou águas da Hiléia. Em uma breve sociologia das relações internacionais da metade dos países-membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, a análise procurou causas das revoltas. Tentou esclarecer paradoxos que postergam a resolução pacífica das controvérsias. Propondo solução de crises regionais e valorizando a cooperação hemisférica, o estudo recomenda dar ao trabalho conjunto vicinal voto de confiança por diplomacia plenamente capaz de estancar o sangramento amazônico.

REFERÊNCIAS

BRASIL e Inglaterra: a sentença arbitral. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 1.º jul. 1904.

A CONFERÊNCIA do Senhor Derby. **Folha Nova**, Rio de Janeiro, 21 jul. 1904.

COSTA, G. G. **Fortes portugueses na Amazônia brasileira**. 2015. 142 f. Trabalho final (Pós-Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2015.

FIGUEIREDO, L. **Ministério do silêncio: a história do serviço secreto de Washington Luís a Lula, 1927-2005**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FRAGOSO, A. B. **Estabelecimento de missão diplomáticas da Guiana**

em Caracas e em Paramaribo. Caracas: 1968.

GARCIA, J. H. **Situação interna na Guiana Inglesa**. Telegrama do dia 6 de janeiro de 1969 da Embaixada do Brasil em Georgetown para o Departamento da América do MRE. Brasília, 1969.

GOYANA brasileira. **Diário Popular**, Rio de Janeiro, 15 jun. 1904.

O LAUDO da Guyana: resposta do Dr. Orville Derby: a Venezuela entrou na contenta. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 1.º jul. 1904.

LIMA, M. O. **América Latina e América Inglesa**. Brasília: Senado Federal, 2010. (Edições do Senado Federal, v. 153).

LINHARES, E. **A política externa da terra dos seis povos: a República Cooperativa da Guiana**. Curitiba: Juruá, 2013. (Biblioteca Juruá, Diplomacia e Política Exterior).

LYRA JUNIOR, A. A. de. **O Brasil na América: a história das relações internacionais brasileira durante o período de transição entre o Império e a República**. Curitiba: Juruá, 2014. (Biblioteca Juruá, Diplomacia e Política Exterior).

MENCK, J. T. M. **A Questão do Rio Pirara, 1829-1904**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

PENNA FILHO, P. **O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a**

repressão no Cone Sul (1966-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília v. 52, n. 2, p. 43-62, jul./dez. 2009.

PROCÓPIO, A. **Amazônia, ecologia e degradação social**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1992.

_____. O multilateralismo amazônico e as fronteiras da segurança. In: PROCÓPIO, A. (Org.). **Os excluídos da Arca de Noé**. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 67-162.

_____. **A água virtual e a cooperação amazônica**. Tópicos (Bonn), v. 2, p. 22-23, 2010.

_____. **Diplomacia e desigualdade**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011a.

_____. **Subdesenvolvimento sustentável**. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2011b.

_____. **Capitalismo amarelo**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2014.

SILVA, C, A. B. **De cattle barons a sapatos/shoes: uma etnografia da Revolta do Rupununi**. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2007.

*Artigo recebido em setembro/2017.
Versão aprovada para publicação em
novembro/2017.*

